Postes da REN sÃ£o alvo de providÃªncia cautelar

31-Aug-2010

A populaÃ§Ã£o de Parada do Bispo, Lamego, entregou, ontem, no Tribunal Administrativo de Lisboa, uma acÃ§Ã£o popular e uma providÃªncia cautelar para travar os postes de alta tensÃ£o que a REN estÃ¡ a instalar nas vinhas e patrimÃ³nio mundial.

Alzira Viseu, uma das habitantes daquela aldeia, levantou dÃºvidas quanto Ã ?legalidade? da instalaÃ§Ã£o dos postes e linhas por parte da Rede EnergÃ©tica Nacional (REN) e garantiu que a populaÃ§Ã£o foi confrontada com um ?facto consumado?.

â€œA REN recorreu-se de uma lei de 1936 para entrar nas nossas propriedades. Mas hÃ¡ a questÃ£o da legalidade do processo, porque nem houve um estudo de impacto ambiental, mas apenas um estudo de incidÃªncia ambiental. NÃ£o se teve em conta o facto de isto ser uma zona de PatrimÃ³nio Mundial da Humanidade e Reserva EcolÃ³gica Nacionalâ€•, sublinhou.

Ontem, pela mÃ£o do advogado Rui Costa, foi entregue uma acÃ§Ã£o popular acompanhada de uma providÃªncia cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa com o objectivo de parar o avanÃ§o da colocaÃ§Ã£o dos â€œgigantes postes de muito alta tensÃ£oâ€• entre Valdigem e Armamar, em pleno Alto Douro Vinhateiro, classificado pela UNESCO em 2001.

â€œPretende-se com esta acÃ§Ã£o a declaraÃ§Ã£o da nulidade dos actos de licenciamento e com a providÃªncia cautelar a suspensÃ£o da eficÃ¡cia desses mesmos actos atÃ© que o tribunal se pronunceâ€•, afirmou o advogado.

Rui Costa considerou que a linha em causa â€œfoi realizada sem avaliaÃ§Ã£o de impacto ambientalâ€• e, acrescentou, â€œparte dela situa-se na zona geral de protecÃ§Ã£o do Alto Douro Vinhateiro e da reserva ecolÃ³gicaâ€•.

2010-08-26 - JN